



[Resenhas]

A “morte” da esquerda no Brasil: avanços e limites da “ressurreição” proposta por Jessé Souza

SOUZA, J. Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.

Marcos Abraão Ribeiro¹

¹ Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: olamarcos@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6185-2448>.

Resenha recebida em 12/05/2026 e aceita em 31/05/2026.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Esta resenha analisa criticamente o livro *Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la*, de Jessé Souza, que tem como objetivos entrelaçados compreender as causas da grave crise pela qual passa a esquerda no Brasil e, conjuntamente, oferecer alternativas para superá-la. O livro tem o mérito de abordar a profunda crise da esquerda no país, bem como enfocar a dimensão simbólica como precondição para a concretização de práticas políticas. Apesar de prometer estabelecer os requisitos para “ressuscitar” a esquerda, faltam ao livro uma análise histórica e estrutural sobre o capitalismo dependente e a dominação autocrática sobre o Estado, interlocução com a literatura sobre a crise da esquerda e um projeto de mudança profunda da realidade. Como essa abordagem inexiste, a proposição de um novo imaginário social torna-se uma abstração de conteúdo vazio, posto que a abordagem do autor não possui condições para ser a proposta robusta e efetiva de reestruturação de que tanto a esquerda necessita.

Palavras-chave: Esquerda; Crise; Imaginário social; Formalismo.

Abstract

This review critically analyzes the book *Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la* [Why Did the Left Die? And What Should We Do to Resurrect It?], by Jessé Souza, which pursues the intertwined objectives of understanding the causes of the severe crisis facing the Brazilian left and, simultaneously, offering alternatives to overcome it. The book has the merit of addressing the country's profound leftist crisis, while highlighting the symbolic dimension as a precondition for political practices. However, despite promising to establish the requirements for "resurrecting" the left, the work lacks a historical and structural analysis of dependent capitalism and autocratic domination over the State. Furthermore, it fails to engage with the existing literature on the crisis of the left or to present a project for profound structural change. Given the absence of such a foundational framework, the proposition of a new social imaginary becomes an empty abstraction, lacking the necessary elements to constitute the robust and effective restructuring proposal that the left so desperately needs.

Keywords: Left; Crisis; Social Imaginary; Formalism.



1. Introdução

Em um cenário histórico no qual a extrema-direita e seu projeto de destruição das conquistas civilizatórias mantêm proeminência global — e no Brasil, em particular —, somado à proximidade das eleições presidenciais de outubro deste ano, nas quais extremistas travestidos de moderados possuem chances reais de sucesso, tematizar a crise da esquerda e propor alternativas para superá-la torna-se um imperativo. A reflexão revela-se necessária para aqueles que têm a transformação social e política como premissa incontornável. Nesse horizonte crucial para o futuro do país, Jessé Souza enfrenta esse desafio em *Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la*, obra na qual empreende uma análise teoricamente informada com o fim precípua de propor caminhos para o enfrentamento e a superação de tal crise.

Assim, o livro resenhado tem o aspecto normativo como o ponto nodal, pelo menos se compararmos com outras obras da sociologia crítica e pública de Jessé (Ribeiro, 2022) como *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A radiografia do golpe* (2016), *A elite do atraso* (2017), *A classe média no espelho* (2018), *A guerra contra o Brasil* (2020), *Como o racismo criou o Brasil* e *O pobre de direita* (2024), obras nas quais a dimensão analítica é proeminente. Destarte, a publicação tem uma concepção abertamente normativa que, em tese, contém a função de preencher uma lacuna relevante em sua sociologia fundamentalmente voltada para o grande público.

Por conseguinte, o livro resenhado se coloca como um complemento à análise sobre “O pobre de direita” (Souza, 2024). Se a obra supramencionada teve como fim analisar a adesão dos pobres à extrema direita - cujas ações vão de encontro aos seus “legítimos interesses” -, *Por que a esquerda morreu* apresenta os encaminhamentos cruciais para conectar as ações da esquerda com a grande parcela da população, pobre e excluída.

Nesta resenha, discorrerei sobre os pontos principais do livro que é dividido em prefácio, três capítulos e epílogo, para, ao final, avaliar os avanços e limites deste trabalho que possui como objetivo altamente ambicioso ser a *alternativa* intelectual para retirar a esquerda da crise. Procuro avaliar ainda se a saída proposta consegue preencher, efetivamente, um dos pontos frágeis da obra do sociólogo potiguar.



No prefácio, Jessé Souza alude sobre a atuação decisiva da “revolução expressiva” para a compreensão dos avanços democráticos nos países desenvolvidos entre os anos 1960 e 1970, o protagonismo da juventude para tanto, e as ações dos super-ricos por meio da publicidade e da indústria cultural, para “domesticar o cidadão” (Souza, 2025, p.8). E demonstra o quanto os Estados Unidos e sua elite de super-ricos são protagonistas nesse processo. Assim, o prefácio contém dois pontos primordiais que são desenvolvidos no decorrer do livro, isto é, o papel da dominação simbólica exercida pelos super-ricos e a aposta no potencial transformador da revolução expressiva para a ruptura com a colonização do imaginário social que legitima uma abissal concentração de riqueza nos estratos mais ricos da população brasileira.

No primeiro capítulo, Jessé elenca as causas do que denomina de “a grande transformação”, ocorrida entre 1930 e 1960, e que foi responsável pela dominação simbólica dos trabalhadores e seu corolário, a “fabricação do consentimento”. Para tal fim, o autor prossegue uma dimensão crucial de sua sociologia crítica e pública (Ribeiro, 2022), que é a ênfase na função das ideias produzidas pela ciência, sobretudo as ciências sociais estadunidenses, como mecanismo de legitimação da manipulação e da dominação simbólica exercida pela elite econômica (Souza, 2015). Precisamente, a ênfase recai sobre os Estados Unidos do pós-Primeira Guerra Mundial devido ao papel decisivo do país para a compreensão da crise da esquerda em escala global. O sociólogo potiguar expõe como a elite financeira compreendeu que os trabalhadores deveriam ser controlados sem o recurso a conflitos abertos, como ocorreu no século XIX, quando a classe trabalhadora viveu a sua “fase mais combativa” (Souza, 2025, p.15). Para tanto, a utilização das ideias de Walter Lippmann sobre a opinião pública foi crucial como mecanismo mobilizado para a “fabricação do consentimento” no país pós-1920. Nesse sentido, Jessé argumenta que Edward Bernays foi personagem decisivo para a utilização das teses de Lippmann em benefício da elite financeira - de quem foi representante - através da criação de um “novo *habitus*” para a manipulação das massas. Precisamente, a propaganda tinha uma função crucial para o estrategista estadunidense, posto que demonstrava a incapacidade do público e o protagonismo dos especialistas no processo de tomada de decisão (Souza, 2025, p.21-2).

Apesar da utilização das ideias de Lippmann sobre a opinião pública com o fim especificamente manipulativo, Jessé demonstra que o pensador estadunidense possuía uma perspectiva crítica sobre a “incapacidade das massas” (Souza, 2025, p.26). Mesmo



assim, a abordagem de Lippmann continha uma perspectiva elitista no que se refere à participação política direta, visto que os especialistas têm protagonismo na explicação da realidade.

A demonstração das limitações da participação popular em Lippmann é decisiva para o argumento do sociólogo potiguar em torno do enfrentamento da “colonização do imaginário” pela elite financeira. Por conseguinte, Jessé recorre às teses de John Dewey em defesa de uma democracia participativa forte que tem na educação papel fundamental. Assim, é possível uma relação construtiva entre comunicação, debate público e interesse social, pois os especialistas têm a atribuição de informar o público e deixar mais facilitado o processo de tomada de decisões públicas (Souza, 2025, p.26). Com essa perspectiva *substantiva* de democracia, a atribuição elitista conferida aos especialistas por Lippmann perfaz uma conformidade muito distinta em Dewey, visto que possuem atributo funcional para a tomada de decisões coletivamente vinculantes pelo público (Souza, 2025, p.26). Este é, inclusive, o fim que o autor busca com o livro resenhado.

Essa concepção anti-elitista da participação torna-se mais robusta quando a obra clássica de Jurgen Habermas é mobilizada, pois assinala a ambivalência da sociedade capitalista e o potencial democratizador e transformador da esfera pública - condição necessária para um efetivo “aprendizado coletivo” (Souza, 2025, p.28). Logo, a concretização de uma democracia de participação ampla só pode ocorrer quando houver a descolonização da esfera pública através do pluralismo que confira à opinião pública condições para a sua formação autônoma (Souza, 2025, p.32-3). Em síntese, Dewey e Habermas são referências cruciais do livro, uma vez que propuseram duas contribuições para a mudança social e política - a educação democrática e a imprensa sem interferência dos interesses do capital -, dimensões decisivas para a proposta em torno da “ressurreição da esquerda” (Souza, 2025).

No segundo capítulo, Jessé retoma a discussão desenvolvida em obra anterior (Souza, 2022) ao argumentar sobre o caráter paradigmático e emancipatório do expressivismo. Apesar de seu surgimento no século XVIII, manteve-se até os anos 1960 como privilégio de elites intelectuais. No entanto, a universalização da educação de qualidade e da imprensa livre e plural possibilitou o advento da “revolução expressiva” como fenômeno de massas nos anos 1960 e 1970. Essa transformação revolucionária generalizou o princípio da autenticidade - condição essencial para o aprendizado



coletivo em sentido transformador-, pois alcançou o debate público. Através da universalização da autenticidade, portanto, tornou-se possível vislumbrar a emancipação e a construção de um novo imaginário coletivo de caráter inclusivo.

Outrossim, o sociólogo assinala como a dimensão simbólica foi utilizada para a assimilação das ideias dos inimigos no sentido do conformismo com a acumulação do capital. Esse processo foi levado a cabo pela elite estadunidense a partir dos anos 1970 contra o “controle do capitalismo politicamente determinado pelo voto consciente” (Souza, 2025, p. 43), o que pode ser observado por meio do “novo espírito do capitalismo” — argumento construído em diálogo com o livro de Boltanski e Chiapello. O fim precípua desse novo espírito é legitimar uma nova forma de dominação que depõe diretamente contra os avanços possibilitados pela “revolução expressiva”, pois “assimila e reconstrói nos seus próprios termos um tipo muito peculiar de ‘capitalismo expressivo’” (Souza, 2025, p. 48).

No entanto, Jessé (2025, p. 49) argumenta que a ênfase na justificação simbólica da acumulação do capital possibilita compreender que esta é uma “luta em aberto”, isto é, que pode ser modificada, como é a intenção declarada do livro resenhado. Mesmo com a necessidade de mobilização política e luta coletiva estruturada, o sociólogo potiguar sustenta que a desnaturalização da economia e de suas justificações morais através da desconstrução conceitual é componente indispensável da luta na dimensão simbólica por “justiça social” (Souza, 2025, p. 50).

No terceiro capítulo, Jessé evidencia os fatores que fizeram os super-ricos colonizarem o mundo do trabalho a partir da década de 1970 em torno da “fabricação do consentimento”, com a crise do fordismo e de seu compromisso entre capital e trabalho (Souza, 2025, p. 51). Com os custos crescentes dessa forma de organização do trabalho, a dominação dos trabalhadores tornou-se bastante onerosa para o capital. Nesse sentido, o toyotismo representou um “expressivismo libertário” a partir da premissa segundo a qual o trabalhador é um “empresário de si”. Como decorrência, o princípio da autenticidade foi capturado pelo neoliberalismo, que tem como fim legitimar a dominação e o controle total sobre os trabalhadores através da exploração sem limites no capitalismo financeiro (Souza, 2025, p. 64).

Dado que o capitalismo estadunidense é crucial para a compreensão da “fabricação do consentimento”, o sociólogo reconstrói como esse paradigma foi universalizado. O primeiro ponto enfatizado é a ação do Partido Republicano para a



desconstrução do *New Deal* após o falecimento de Franklin Roosevelt, que havia garantido ganhos à classe trabalhadora. Assim, durante o governo de Richard Nixon, a “fabricação do consentimento” foi retomada como forma de dominar simbolicamente a classe trabalhadora. Esta retomada, por sua vez, foi a “semente” para o governo de extrema-direita de Donald Trump (Souza, 2025, p. 62-63). Jessé argumenta, contudo, que a ação frontal contra a “universalização do *New Deal*” deu-se, nos Estados Unidos, a partir das ações de Ronald Reagan, que, juntamente com Margaret Thatcher no Reino Unido, estabeleceram condutas em torno do capitalismo financeiro e do neoliberalismo.

O sociólogo potiguar explicita também como o capitalismo financeiro se apropriou da “revolução expressiva” para a “fabricação do consentimento” que legitimou a acumulação sem peias do capital pelos super-ricos. Por conseguinte, é possível compreender a eficácia do “neoliberalismo progressista”, que é a atual matriz de legitimação globalizada do capitalismo estadunidense. Mormente, o “neoliberalismo progressista” teve efeitos destrutivos sobre a estrutura protetora do *New Deal* e a social-democracia, como foram os casos dos governos de Bill Clinton nos Estados Unidos, de Tony Blair no Reino Unido e de Gerhard Schröder na Alemanha.

De acordo com Jessé (Souza, 2025, p. 68), essa foi a base para a dominação ideológica do PSDB e do seu “choque de capitalismo”, visto que o governo de FHC produziu a lógica da dívida pública como está estabelecida hoje. Por isso, no lugar da emancipação do indivíduo como “empresário de si”, o “neoliberalismo progressista” estabeleceu a colonização do Estado pelo capital financeiro.

Ademais, a relação entre capitalismo financeiro, mídias sociais e extrema-direita é crucial para a compreensão ampla da “fabricação do consentimento”, visto que a direita capturou da esquerda “o imaginário da indignação popular” (Souza, 2025, p.76). Precisamente, o capital aprisionou a discursividade expressiva da revolução que universalizou a dimensão da autenticidade (Souza, 2025, p. 87).

O sociólogo potiguar retoma a obra de Habermas e sua teoria da ação comunicativa para abordar aquilo que se perde quando há a colonização total pelo capital. O pensador alemão tem o papel de demarcar a dualidade constitutiva do capitalismo, isto é, a lógica instrumental do capital, por um lado, e a lógica argumentativa e do debate racional, por outro. A obra habermasiana é o pano de fundo, portanto, para o argumento em torno do aprendizado racional e reflexivo da sociedade por meio da construção de um novo imaginário social (Souza, 2025, p. 87).



Ao abordar a relação entre capitalismo financeiro, redes sociais e direita, Jessé aponta, a partir do diálogo com Byung-Chul Han, que, nos anos 2000, o capital utilizou a informação como elemento primordial para o processo de dominação, por meio da apropriação da revolução expressiva (Souza, 2025, p. 90). Para tanto, as redes sociais foram decisivas para a difusão das *fake news*, que representam a “máscara da opressão com cores da liberdade”, posto que manipulam o comportamento na dimensão pré-reflexiva. Como caminho para enfrentar a colonização pelo capitalismo financeiro, por sua vez, o sociólogo potiguar defende a necessidade de uma mídia eletrônica plural que possibilite a existência do outro, uma vez que a ausência deste mostra-se a causa central da crise da democracia (Souza, 2025, p. 95).

No epílogo, Jessé adota como dimensão normativa estruturante a defesa da constituição de um novo imaginário social que possibilite a reprodução das potencialidades emancipatórias forjadas pela revolução expressiva. Por conseguinte, o sociólogo critica o Partido dos Trabalhadores (PT) por “assimilar o imaginário do inimigo de classe” e, conseqüentemente, não oferecer um imaginário social alternativo àquele perpetrado pelo capital infofinanceiro e pela extrema-direita (Souza, 2025, p. 108).

A falta dessa “alternativa simbólica” explicaria a perpetuação do imaginário elitista formulado em 1936, na Universidade de São Paulo, por meio das teses do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Esse imaginário, reproduzido pela maioria dos intelectuais brasileiros, atua como “combustível” para a imprensa, as redes sociais e a indústria cultural, que difundem ideias elitistas travestidas de análise crítica. Nesse sentido, Jessé defende que o “culturalismo conservador” obstou a possibilidade de compreensão da escravidão como a verdadeira herança totalizadora do país — isto é, responsável por explicar os dilemas brasileiros em todas as suas dimensões, como a “cultura de golpes de Estado”, que é a reação elitista a qualquer governo de extração popular.

De acordo com Jessé, esse imaginário é racista, elitista e conservador, posto que criminaliza o povo e o Estado. A ausência de disputa pelo imaginário dominante é o que explica o golpe de 2016 e a subjacente “cultura de golpes de Estado” — tida pelo autor como a “maior força política” do país (Souza, 2025, p. 126). Também é elemento crucial para a continuidade da escravidão como a principal herança cultural brasileira, que deixa como corolário a perpetuação secular dos “novos escravos” e do racismo racial e



cultural, os quais negam continuamente o reconhecimento humano a uma grande parcela da população (Souza, 2025, p. 127-128).

Portanto, a compreensão do papel totalizador da escravidão elaborado pelo sociólogo potiguar é um “estímulo para o aprendizado coletivo” (Souza, 2025, p. 131). Por conseguinte, a saída para a esquerda está na difusão da interpretação produzida pelo sociólogo em *A elite do atraso*, obra na qual o argumento supracitado é desenvolvido. Sua proposta tem caráter coletivo e pragmático, pois o autor argumenta que, se existir outro imaginário que seja mais “crítico” e “alternativo”, este deve ser incorporado: “Nesse contexto, a pregação comunista e a crítica ao imperialismo, precisamente por ser oposta ao ideário elitista, passa a ter, também, chances práticas reais de representar a ‘esquerda’ em um futuro próximo” (Souza, 2025, p. 136).

Assim, a ausência de um imaginário alternativo coloca-se como o dilema primordial da esquerda que, fundamentalmente, explica a sua “morte” no Brasil contemporâneo. Destarte, o sociólogo sustenta que a construção de um novo imaginário social totalizador e antielitista representa o caminho necessário para alcançar a maior parcela da população, a qual é vítima da fragmentação realizada pela extrema-direita por meio das redes sociais (Souza, 2025, p. 136).

O livro resenhado possui o mérito de abordar a grave crise pela qual passa a esquerda no Brasil, além de enfatizar adequadamente como um efetivo projeto de transformação política por ela capitaneado necessita de um imaginário social como um dos componentes cruciais para estruturar as condições para a mudança em sentido emancipatório. Destarte, a obra também se mostra relevante por ser uma publicação com uma intenção abertamente normativa.

No entanto, há problemas que indicam significativos limites. O primeiro ponto é a total ausência de interlocução com a literatura sobre a grave crise pela qual passa a esquerda global e a brasileira, em particular. Nesse sentido, o diálogo com os trabalhos de Domingues (2017; 2021), Miguel (2019) e Safatle (2012), por exemplo, poderia tornar a abordagem de Jessé mais relevante e circunscrever sua efetiva contribuição ao debate. Precisamente, no lugar de apresentar seu livro como a explicação definitiva para a “morte” da esquerda, seria possível observar a contribuição específica do livro sobre o imaginário social como premissa para um projeto de transformação profunda da realidade.



Faltou ainda uma análise histórica sobre as ações da esquerda brasileira, em especial o Partido dos Trabalhadores, cujo “pragmatismo desenfreado” (Miguel, 2019) no poder é uma dimensão de grande relevância para a equação que visa explicar a crise profunda da esquerda no país. Destarte, as críticas do livro ao PT não tocam nos dilemas mais importantes do partido, sobretudo porque a perspectiva social-democrata, que é pano de fundo da proposta de “ressurreição”, não é capaz de fomentar uma profunda e necessária crítica de esquerda, tampouco de explicar os descaminhos do partido quando este assumiu a Presidência da República.

Logo, o trabalho de Florestan Fernandes (1991), produzido por ocasião do Primeiro Congresso do PT, torna-se um contraponto com função bifurcada para esta resenha, visto que oferece uma análise crítica sobre a organização do partido e defende a necessidade de um programa político efetivamente à esquerda. Com isso, o texto ajuda a demonstrar as fragilidades da proposta de Jessé Souza em torno de um “novo imaginário social” — baseado, essencialmente, na difusão de sua própria interpretação do Brasil. Este ponto é crucial para demonstrar que o livro, apesar da dimensão abertamente normativa, não avança com relação aos trabalhos anteriores, visto que se resume à defesa da difusão da leitura de *A elite do atraso* como saída para a esquerda. Ao contrário do que sustenta o autor, a pregação “comunista” e a “crítica ao imperialismo” são condições atuais de grande relevância para auxiliar a esquerda na proposição de um projeto de mudança profunda da realidade.

Por conseguinte, o trabalho de Fernandes (1991) contém uma ponderação que deveria ser o mote de uma efetiva análise crítica sobre os perigos de se tornar “partido da ordem” ao ocupar o poder e incorporar a social-democracia como retórica — o que, de fato, aconteceu com o Partido dos Trabalhadores ao se converter em uma agremiação de centro-esquerda. Em decorrência, o PT abandonou a defesa de um necessário projeto de revolução nacional e democrática, que é condição indispensável para a ruptura com a democracia restrita mantida pelo regime autocrático-burguês, de modo a possibilitar condições para a posterior constituição de uma efetiva República democrática no país (Fernandes, 1991, p. 49). Falta ao partido e a Jessé, fundamentalmente, a “consciência socialista” que o sociólogo paulista defendia ser premissa incontornável para a práxis partidária. Assim, a publicação resenhada não toca nos principais problemas e descaminhos do PT enquanto força de esquerda.



O livro, apesar de ambicionar estabelecer as premissas para “ressuscitar” a esquerda, não constrói uma sociologia política que contenha os fundamentos para tanto. Inexiste uma abordagem histórica, estrutural, conjuntural e programática a respeito do capitalismo contemporâneo e da dominação autocrático-burguesa sobre o Estado — com especial ênfase no capitalismo dependente —, elementos que são indispensáveis para que as forças progressistas proponham projetos políticos voltados à transformação estrutural da realidade, seja nos marcos do sistema vigente ou fora dele. É crucial demonstrar como a “conciliação de classes” constituída pelo PT não permite mudanças substantivas, pois a burguesia brasileira “odeia a democracia” (Fernandes, 1991, p.44). Como essa análise está ausente na obra, a proposição de um novo imaginário social torna-se uma abstração vazia de conteúdo, posto que carece de substância para se consolidar como a alternativa robusta de reestruturação de que a esquerda tanto necessita.

Referências bibliográficas

DOMINGUES, J. M. Esquerda: crise e futuro. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

DOMINGUES, J. M. Uma esquerda para o século XXI: horizontes, estratégias e identidades. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FERNANDES, F. O PT em movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

MIGUEL, L. F. O colapso da democracia no Brasil. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

RIBEIRO, M. A. O racismo multidimensional de Jessé Souza e a leitura unidimensional do Brasil. Sociologias, Porto Alegre, n. 61, p. 394–410, 2022.

SAFLATE, V. P. A esquerda que não teme dizer seu nome São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SOUZA, J. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, J. A radiografia do golpe. Entenda como e por que você foi enganado. São Paulo, LeYa, 2016.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: LeYa, 2017.



SOUZA, J. A classe média no espelho. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo, Estação Brasil, 2018.

SOUZA, J. A guerra contra o Brasil. Como os Estados Unidos se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

SOUZA, J. Como o racismo criou o Brasil. São Paulo: LeYa, 2021.

SOUZA, J. O pobre de direita: a vingança dos bastardos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2024.

SOUZA, J. Por que a esquerda morreu? E o que devemos fazer para ressuscitá-la. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.



Sobre o autor

Marcos Abraão Ribeiro é professor de Sociologia do Instituto Federal Fluminense - IFF campus Campos Centro, mestre e doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Uenf. Seus temas de interesse são teoria social, pensamento social e político brasileiro, relações raciais, política de ação afirmativa, sociologia dos intelectuais, modernização brasileira e periférica, modernidade política, autoritarismo, esquerda brasileira. Atualmente, coordena pesquisa sobre a aplicação da “Lei de Cotas” no Ensino Médio Profissionalizante do campus Campos Centro do IFF, bem como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI, sediado no referido campus. Membro do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Pensamento Social no Brasil – LAPES-Br.

Créditos de autoria

O autor é o único responsável pela redação da resenha.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das pesquisas.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa não foi realizada com financiamento/apoio .

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Foi utilizada ferramenta de IA no desenvolvimento deste trabalho. Especificamente, a IA *Google Gemini* foi mobilizada para realizar a revisão textual e do abstract após o aceite por Direito & Práxis.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

